

Quinta-Feira, 09 de Abril de 2026

Empresa de Gustavo Lima recebeu R\$ 5,9 milhões de bet investigada, diz Coaf

Relatório de inteligência ainda aponta que empresa de cantor transferiu R\$ 1,3 milhão para conta pessoal de artista

Uma empresa do cantor Gustavo Lima recebeu R\$ 5,9 milhões de uma *bet* investigada pela Polícia Civil do Pernambuco no esquema de lavagem de dinheiro com jogos ilegais.

Nivaldo Batista Lima, nome de batismo do músico, é alvo da Operação Integration, que investiga uma organização criminosa responsável por movimentar cerca de R\$ 3 bilhões provenientes de atividades ilícitas.

A ação da polícia de Pernambuco também investiga a advogada e influenciadora Deolane Bezerra. Ela está presa, mas deve ser solta ainda nesta terça-feira (24) [após a concessão de um habeas corpus](#).

Um relatório de inteligência financeira (RIF) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) aponta que a GSA Empreendimentos e Participações, que tem o artista como único sócio, recebeu **R\$ 5.950.000,00** da empresa Pix 365 Soluções Tecnológicas.

O inquérito aponta que a Pix 365 utilizou a empresa Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos para mediar parte das transações.

Desse total, a GSA ainda transferiu R\$ 1.350.000,00 para a conta pessoal de Gustavo Lima. As informações foram citadas na decisão judicial que [decretou a prisão preventiva de Gustavo Lima, na tarde desta segunda-feira \(23\)](#).

Por isso, a polícia concluiu que há “indícios suficientes da [participação dele no crime de lavagem de dinheiro](#) que foi investigado no inquérito policial”. As transações foram feitas durante o ano de 2023, de acordo com a Justiça de Pernambuco.

Na decisão, a juíza Andrea Calado da Cruz explica que **a Pix 365 é a empresa de apostas esportivas Vai de Bet**, e a Zelu Brasil é a intermediadora de pagamento da Vai de Bet e da Esportes da Sorte.

“Infere-se que a vai de bet (PIX365), efetuou pagamento de R\$ 5.750.000,00 à GSA, por meio da Zelu Brasil facilitadora de pagamento, além de ter enviado R\$ 200.000,00 diretamente à GSA”.

Os donos da Zelu Brasil, Rayssa Rocha e Thiago Rocha, e os sócios da Pix 365, José André e Aislla Sabrina, foram indiciados no mesmo inquérito policial de Gustavo Lima.

A CNN entrou em contato com as defesas da Vai de Bet e da Zelu Brasil e aguarda um retorno.

O caso do astro sertanejo é um desdobramento da [ação policial que culminou em 19 mandados de prisão e 24 mandados de busca e apreensão em cinco estados](#).

Investigações

De acordo com o inquérito policial, [a empresa Balada Eventos Produções LTDA, que pertence ao artista, é acusada de ocultar quase R\\$10 milhões de jogos ilegais](#) da recebidos em dois depósitos de jogos ilegais da HSF Entretenimento Promoção de Eventos.

A investigação que apura o esquema milionário também identificou que o cantor continuou na posse da aeronave e Cessna Aircraft, mesmo após receber diversos depósitos, que totalizaram R\$ 22.232.235,53 pela

negociação.

Outra vertente das investigações mostra a relação entre Gustavo Lima e foragidos desta mesma operação. Segunda a juíza do caso, a relação apresenta “características espúrias e duvidosas”. Na decisão, a [Justiça diz que Gustavo Lima ajudou foragidos](#).

Defesa do cantor

A assessoria do cantor emitiu uma nota sobre o pedido de prisão na noite desta segunda-feira (23).
Confira na íntegra.

A defesa do cantor GUSTTAVO LIMA recebeu na tarde desta segunda-feira (23/09), por meio da mídia, a decisão da Juíza Dra. Andréa Caladoo da Cruz da 12ª Vara Criminal de Recife/PE que decretou a prisão preventiva do cantor e de outras pessoas e, esclarece que as medidas cabíveis já estão sendo adotadas.

Ressaltamos que é uma decisão totalmente contrária aos fatos já esclarecidos pela defesa do cantor e que não serão medidos esforços para combater juridicamente uma decisão injusta e sem fundamentos legais.

A inocência do artista será devidamente demonstrada, pois acreditamos na justiça brasileira. O cantor GUSTTAVO LIMA jamais seria conivente com qualquer fato contrário ao ordenamento de nosso país e não há qualquer envolvimento dele ou de suas empresas com o objeto da operação deflagrada pela Polícia Pernambucana.

Por fim, esclarecemos que os autos tramitam em segredo de justiça e que qualquer violação ao referido instituto será objeto de reparação e responsabilização aos infratores.

Fonte: cnnbrasil.com.br